

AValiação CRÍTICA DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO DA CUT: FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA OU DA “INCONSCIÊNCIA” DE CLASSE DOS TRABALHADORES?¹

CRISTIANE PORFÍRIO DO RIO²
UFC
crisporio@ig.com.br

A Política Nacional de Formação da CUT: origens e concepção.

A Secretaria Nacional de Formação da CUT– SNF, segundo informa a publicação da CUT intitulada *Política Nacional de Formação: história, princípios, concepção e organização nacional* (1999) foi criada no 1º Congresso Nacional da CUT - CONCUR realizado em 1984, tendo como papel desenvolver atividades sobre concepção e estrutura sindical, com ênfase na organização da Central em âmbito nacional e na construção da própria identidade do sindicalismo cutista.

No 2º CONCUR ocorrido no ano de 1986, a formação foi defendida como uma das cinco prioridades nacionais, passando nos termos do referido documento a ser reconhecida como “*um elemento estratégico na ação permanente da CUT*”. (Ibidem, p, 16).

Nesse mesmo Congresso, conforme o mesmo documento, a Secretaria Nacional de Formação elaborou o plano de trabalho para 1987, no qual apontou os elementos básicos para a estruturação da Política Nacional de Formação da CUT – PNF, quais sejam, as metas, os princípios, a estratégia de implantação e as prioridades.

Vale observar com Tumolo (2002, p. 179) que ao contrário do que aparece na maioria dos documentos da Central,

1997 não foi a data de início das atividades de formação e da Política Nacional

1 O presente artigo integra a Dissertação de Mestrado *A Política Nacional de Formação da CUT: análise crítica dos princípios e estratégias da Escola Nordeste*, realizada por nós junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará - UFC, a qual se insere, ademais, no grupo de pesquisa Trabalho, Educação e Luta de Classes do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO, da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Faz-se importante elucidar que parte desse artigo foi publicada com algumas modificações no livro *Trabalho, educação e luta de classes* organizado pelas professoras Susana V. Jimenez e Jackline Rabelo, editado pela Brasil Tropical em 2004.

²Mestra e doutoranda em Educação Brasileira pela UFC, bolsista da CAPES e pesquisadora colaboradora do IMO.

de Formação, mas do início de um processo de modificação da orientação política da formação sindical da CUT, o que implicou uma mudança na sua concepção e, conseqüentemente, na sua configuração.

De modo que podemos identificar com o mesmo autor que:

... a concepção política da formação sindical do período 1987-1993, principalmente dos últimos anos, está para a estratégia política da CUT da mesma época, assim como a concepção política da formação sindical do período que vai de 1984 a 1986 está para a estratégia política da CUT daquela fase inicial. (Idem, ibidem, p. 181).

Portanto, a formação cutista efetiva-se em total consonância com a estratégia política adotada pela CUT, apresentando-se nos primeiros anos (1984-1986) como Central combativa expressa em sua plataforma classista e anticapitalista, passando no período seguinte (1987-1993) para uma estratégia de acomodação à ordem estabelecida, substituindo a luta de classes pela construção da sociedade democrática e cidadã. O que na análise de Tumolo expressa:

... a consolidação do processo de profundas mudanças na formação sindical cutista, que agora, de forma transparente, entra em total sintonia com a estratégia propositiva e negociadora (...) da Central, balizada pelo trinômio proposição/negociação/participação dentro da ordem capitalista que, gradativamente, perde o caráter classista em troca do horizonte da cidadania. (Ibidem, p. 185).

Assevera o mesmo autor que tributar a mudança da estratégia da CUT apenas às condições objetivas é insuficiente para explicar o quadro político que vive essa Central, explicando que:

A estratégia política da CUT tem sido, também, o resultado de uma determinada **opção**, de uma **escolha política** (...). Se a atual estratégia da CUT, como de resto de quase todos os movimentos sociais do ‘espectro da esquerda’, em escala mundial, tem-se constituído como **resposta possível e a mais viável** diante do grave quadro que se apresenta para os trabalhadores, é necessário considerar, contudo, que existiam e continuam a existir outras possibilidades de respostas, outras estratégias políticas, que por razões histórico-políticas foram preteridas em favor daquela determinada opção. (Ibidem, p. 236). (grifos do autor).

Tal “opção”, a nosso ver, vem deflagrando a equivocada “escolha política” dessa Central, que não obstante a memória de séculos do movimento operário repete os mesmos erros e toma como referencial teórico de compreensão da realidade análises que não partem do chão social dos fatos e que se perdem nos aspectos fenomênicos das questões, ainda que tenha a sua

disposição a importantíssima contribuição do arcabouço histórico-dialético.

Ainda em relação a “escolha política da CUT, vale observar com Tonet (2005, p. 8) que no atual estágio da sociabilidade humana a maioria das pessoas, de diferentes regiões e níveis intelectuais, acha ser possível realizar o impossível, e não o possível. Argumentando que “... o impossível [é] construir uma autêntica comunidade humana, um mundo onde os valores universais tenham realidade objetiva sem questionar a lógica do capital”. Para ele, sob o domínio deste “... nem mesmo um mundo ‘mais justo, mais livre e mais igualitário` é possível, dada a dinâmica intrínseca do próprio capital.” Deflagrando ao final, que o possível é “erradicar o capital, e então construir uma autêntica comunidade humana, na qual os indivíduos possam transformar em prática cotidiana os valores universais, encontrando nisso a realização de uma vida verdadeiramente digna e cheia de sentido”. Sem, contudo, igualar com essa distinção entre possível e impossível a questão do fácil e do difícil, do mediato e do imediato.

Voltando ao processo de estruturação da PNF, conforme nos aponta o documento cutista anteriormente citado (1999), em fins de 1993 a CUT começa a constatar, dada a “mudança de conjuntura”, alguns sinais de esgotamento de sua estratégia formativa, dentre eles, os limites em relação ao tratamento de temas considerados ‘emergentes’ como a globalização, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, como também se começaram a perceber limites no alcance da capacitação de dirigentes e militantes de base.

Faz-se importante observar que aqui os aspectos fenomênicos da crise estrutural do capital³ (**globalização, neoliberalismo e reestruturação produtiva**) são tratados como “temas emergentes” e não como consequência desta, aliás os documentos cutistas nem suspeitam que exista tal crise. Em outras palavras, o debate é feito sobre os efeitos e não sobre as causas dos problemas, isto é, a base material que tem recrutado essa corte de mazelas por parte do capital e que nada mais são do que recursos de “superação” da sua crise, as quais se traduzem em sérios rebatimentos sobre a classe trabalhadora.

³ Assevera Mészáros (2002), um dos maiores intérpretes da obra marxiana vivo, que a crise que vem assolando o processo de acumulação do capital desde a década de 70, assume caráter estrutural e não cíclico, prendendo-se à própria estrutura do sistema capitalista e não às suas contradições mais superficiais. Nesse sentido, para melhor esclarecer a novidade histórica da crise do capital aponta quatro aspectos, quais sejam: 1) em termos de produção, seu caráter é universal, ou seja, não se restringe a esferas ou ramos; 2) seu alcance é global, não se restringe a um conjunto de países; 3) sua escala de tempo, ao invés de limitada e cíclica, é extensa, ou se preferir, “permanente”; 4) seu modo de se desdobrar é “rastejante”, ao contrário das erupções e dos mais espetaculares e dramáticos colapsos do passado. (Idem, p. 796).

Retomando ao documento em estudo, registra-se que a partir da constatação do esgotamento de sua estratégia formativa, a CUT iniciou um processo de debate e avaliação que perpassou o ano de 1994, resultando segundo o mesmo em importantes mudanças na definição da política de formação dessa Central. Assim, foram criados os Núcleos Temáticos, que, a partir da integração entre os agentes da Rede Nacional de Formação⁴, **os colaboradores e dirigentes, constituíram-se enquanto espaços voltados para a sistematização, a elaboração e a socialização de subsídios pedagógicos, num processo – conforme nos informa o mesmo documento – de interação com as políticas da CUT.**

Tais núcleos articularam-se a partir de eixos tidos como prioritários para a Central e para a PNF, com a ressalva de que tinham o papel muito mais de subsidiar o desenvolvimento das atividades formativas do que propriamente realizá-las. Desse modo, estruturam-se em volta dos seguintes temas: educação do trabalhador; globalização; mercosul e sindicalismo; agricultura e desenvolvimento sustentável; gestão e organização sindical; transformações no mundo do trabalho; relação de gênero; trabalho, raça e desigualdades.

Quanto à nova estratégia de atuação cutista formulada, esta apresenta como tônica contribuir para a qualificação e a intervenção da CUT frente aos vários desafios postos à agenda sindical, os quais se expressam a partir de três objetivos: o primeiro direcionado à Central; o segundo à educação, à qualificação profissional e ao diálogo com a sociedade; e o terceiro à estratégia da Rede Nacional de Formação.

O primeiro objetivo visa:

Contribuir com as instâncias da CUT no debate sobre a atualização e a consolidação do seu projeto sindical e da sua proposta organizativa, considerando a globalização e os processos de integração regional, a relação com o sindicalismo internacional, as transformações no mundo do trabalho e as alternativas de desenvolvimento; qualificar a ação e a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho a partir da abordagem crítica do processo de reestruturação produtiva, das novas formas de gestão do trabalho implementadas pelas empresas e dos novos espaços e processos de contratação coletiva; elaborar uma estratégia de ação que contribua para o fortalecimento do papel da CUT e enfrente as novas exigências da formação sindical, derivadas da crescente presença da PNF no sindicalismo internacional. (1999, *ibidem*: 22).

⁴⁴ De acordo com o documento cutista em estudo, a Rede Nacional de Formação é composta por: a Secretaria Nacional de Formação, as Secretarias Estaduais de Formação, as Secretarias de Formação das Confederações e Federações Nacionais, os Sindicatos e as Escolas de Formação. (1999, p. 16).

O segundo objetivo traça como meta:

Avançar na formulação de políticas educacionais que integrem **a educação básica, a qualificação profissional e a formação sindical**, tendo como referência tanto as experiências desenvolvidas no campo da educação popular como as formulações presentes na CUT (...) visando uma relação permanente entre a Central e os demais sujeitos que influenciam o debate sobre a educação no Brasil, assim como o estabelecimento de bases comuns de interação entre essas dimensões; **aprofundar a discussão sobre as ações da CUT relacionadas à constituição de um sistema público de emprego e qualificação profissional não estatal**. (Idem, ibidem: 22) (grifos nossos).

Aqui a CUT faz total “vistas grossas” ao desemprego estrutural, apostando suas cartas na perversa lógica da empregabilidade. Ademais, arrefece sua histórica bandeira em favor da escola pública, gratuita e de qualidade, desviando do Estado para si a tarefa de formar escolar e profissionalmente os trabalhadores.

Por fim, o terceiro objetivo direcionado à estratégia da Rede Nacional de Formação visa:

Avançar na formulação sobre a sustentação financeira da PNF; contribuir para o fortalecimento dos vários agentes da Rede, com destaque para as Secretarias Estaduais e as Secretarias Nacionais de Formação da estrutura Vertical da CUT; consolidar os coletivos de formação em todos os âmbitos da Rede; sistematizar as práticas e os processos formativos desencadeados no âmbito da rede; consolidar os princípios metodológicos unificadores da Política Nacional de Formação da CUT; implantar uma matriz metodológica para o planejamento e a avaliação do plano nacional de formação; avançar na afirmação dos agentes da Rede como produtores de conhecimento e irradiadores da cultura dos trabalhadores, fortalecendo os instrumentos e canais de comunicação e cooperação entre a PNF/CUT, as ONG's, as Universidades e os diversos centros de pesquisa. (Idem, ibidem: 22).

Faz-se mister destacar que, fundamentalmente, a partir de 2000 a PNF será financiada em quase sua totalidade com recursos oriundo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Tal ação, a nosso ver, dentre tantas outras conseqüências põe em cheque a autonomia da Central frente ao governo e os organismos internacionais, financiadores por excelência da cooptação e da capitulação dos trabalhadores diante do capital.

Com relação aos princípios da formação cutista, o documento nos informa que estes se constituem a partir de nove pilares, quais sejam: 1) *classista e de massas*; 2) *indelegável*; 3) *democrática, plural e unitária*; 4) *unificada e descentralizada*; 5) *integridade do ser humano*; 6) *instrumento de reflexão crítica e de libertação*; 7) *contra as discriminações*; 8) *dimensões*

ideológica – política e técnica; 9) processual, permanente, planejada e sistematizada. (Idem, ibidem, p. 28).

Conforme prega tais princípios, a formação cutista deve atuar no sentido de “despertar” a consciência de classe e a percepção da importância da unidade na luta; deve constituir-se numa política permanente da CUT, devendo estar vinculada ao seu projeto político-sindical e ter como referência as resoluções de suas instâncias deliberativas. Daí, sua formulação, execução e sustentação financeira serem de inteira responsabilidade da Central; deve estimular no seio desta, o debate entre as diversas correntes políticas que dividem o seu campo, propiciando as devidas condições para que aflorem, se conheçam, se confrontem e busquem na diversidade um elemento de unidade; deve ser unificada quanto aos seus objetivos, concepção, prioridades e estratégias de implantação, e, descentralizada quanto à sua elaboração e implementação (respeitando as especificidades de cada região do país).

As atividades formativas da CUT, conforme o mesmo documento, devem considerar também as múltiplas dimensões do ser humano, no sentido de incorporar as várias formas de manifestação e percepção da realidade; deve contribuir para que os trabalhadores tenham uma visão crítica do mundo e das relações sociais, e se percebam enquanto sujeitos históricos; incentivando e valorizando a integração, a solidariedade e a luta pela igualdade de direitos e pelo respeito a todos; deve levar em conta as dimensões ideológica, política e técnica do conhecimento com o objetivo de qualificar os trabalhadores. E por fim, a formação da CUT, segundo os princípios acima mencionados, sendo considerada um processo contínuo, para garantir a aprendizagem deve ser planejada, como também, deve ser sistematizada, conduzindo a reflexão sobre a organização e a luta sindical.

O referencial metodológico que informa a prática formativa da PNF baseia-se – conforme o documento em estudo – na educação popular, na chamada ‘pedagogia do oprimido’ de Paulo Freire, como também se diz derivar da **matriz marxista** de análise, sendo esta, nos termos da própria Central, “**uma forte referência para o desenvolvimento da proposta metodológica praticada pela CUT**”. (Idem, ibidem: 30) (grifo nosso).

Mister salientar que, ao contrário do que informa o referido documento, o que se observa é a total ausência do construto marxista nas elaborações cutistas, o que se explica, em parte, pela própria formação e concepção de sua corrente hegemônica, a Articulação Sindical, que conforme nos explica Boito Jr. (1999, p. 210), se constituiu de forma organizada a partir do II Concut

(RJ/1986), formada basicamente por sindicalistas ligados à esquerda católica. Tal corrente, parte de uma visão reformista do capitalismo, rejeita as análises marxistas e a esquerda marxista. A Articulação Sindical, atesta Boito Jr., “... *sempre esteve próxima do sindicalismo de origem católica e social-democrata europeu*”.

Por último, a concepção de educação veiculada pela PNF entende que esta

... deve **ser um instrumento de transformação da realidade e de libertação dos trabalhadores de toda e qualquer dominação**. Deve ser, portanto, um recurso de auto-realização, de conscientização e de luta ideológica que potencialize a organização e ação sindical, promovendo o desenvolvimento dos comportamentos e valores que devem constituir o novo homem e a nova mulher de uma nova sociedade. (Idem, *ibidem*:31).

Gostaríamos de registrar o viés idealista de tal compreensão, conferindo à educação o poder de transformação da realidade e libertação dos trabalhadores, quando entendemos que esta se constitui um importante instrumento para a formação da consciência de classe dos trabalhadores e a construção de uma nova sociabilidade, mas não a única nem a mais decisiva condição para sua transformação.

A CUT nos embalos da qualificação profissional: avanço ou retrocesso na formação dos trabalhadores?

O envolvimento da CUT com a qualificação profissional, justifica-se, nos termos do documento intitulado *Projeto Nacional de Qualificação Profissional CUT/Brasil, pela “Exclusão social, eliminação crescente de postos de trabalho, um sistema de educação inadequado, consequência direta da globalização da economia”*. Tal fato vem, de acordo com a análise cutista, exigindo novos padrões de competitividade, o que impõe diversas transformações no mundo do trabalho, dentre elas, “*o surgimento de novos padrões produtivos e de consumo, com a introdução das inovações tecnológicas e organizacionais, que tem exigido mutações consideráveis na estrutura ocupacional e no perfil profissional dos(as) trabalhadores(as).*” (2000c: VI-VII).

Entende a CUT, que as novas técnicas emergentes da automação e da qualidade total tornaram o processo de trabalho mais complexo, passando a recrutar uma nova qualificação de mão-de-obra, no sentido de um melhor aproveitamento das inovações implementadas.

Como vimos denunciando ao longo desse estudo, não percebemos nos termos do documento cutista uma análise rigorosa da realidade marcada pelo capital em crise, mas sim uma visão fragmentada e confusa dos fenômenos que vem provocando sérias transformações no mundo do trabalho, bem como não observamos nenhuma reação de confronto a estes, pelo contrário o que se verifica “a olho nu” é a acomodação/adaptação e não a superação dessa ordem.

Reconhece, portanto, a Central que *“as marcas da sociedade atual são a exclusão social, a eliminação crescente de postos de trabalho, e um sistema de educação profissional inadequado.”* Nos termos do documento, a CUT chega a reafirmar o grande desafio de saldar a dívida social para com a educação dos trabalhadores: *“... sem dúvida, é um imenso desafio saldar a imensa dívida social e cobrir o déficit educacional de um país cujos trabalhadores têm, em média, menos de quatro anos de escola.”* (2000a: IV).

Assim sendo, a CUT, na condição de representante legítima dos trabalhadores, sentiu-se desafiada a constituir uma proposta alternativa de qualificação profissional para o Brasil. Tal alternativa passou a ser costurada desde o seu 5º Congresso Nacional, realizado em 1994, sendo reafirmada pelas 7ª e 9ª Plenárias Nacionais, ocorridas, respectivamente, nos anos de 1995 e 1999, abrangendo, nos termos do documento, *“não só os conhecimentos necessários ao desempenho de atividades altamente demandadas pelas empresas, bem como em conhecimentos necessários ao pleno exercício da cidadania”*. (*Idem, ibidem*: VII).

Atesta, categoricamente, em seguida, nesse mesmo documento, que as experiências de educação/formação profissional, levadas a cabo pelo movimento sindical, *“não têm o objetivo de substituir o sistema público de educação, mas quer, antes, comprovar a possibilidade de novos conteúdos/métodos e de um novo tipo de gestão a serem aplicados na educação pública, gratuita e de qualidade”*. (*Idem, ibidem*: IV).

Diante de uma conjuntura tão adversa para os trabalhadores, criar uma proposta alternativa de qualificação profissional é, no mínimo, ignorar o movimento concreto do real e reforçar o perverso discurso ideologizante da empregabilidade, aqui já mencionado, desviando o debate sobre a responsabilidade do sistema capitalista quanto ao desemprego estrutural. Em última análise, significa menosprezar o seu potencial de luta e resistência contra esse sistema desumanizador.

Desse modo, a CUT segue deixando para trás o seu passado de luta e resistência com

base numa concepção combativa, passando a uma postura “propositiva”, participacionista, apostando na falseadora idéia da sociedade democrática, e, por assim dizer, na possibilidade de humanização do capital.

Faz-se importante lembrarmos com Boito (1996), a mudança de concepção na linguagem dessa Central, o que vem – segundo ele – evidenciando o impacto da ideologia neoliberal no interior da mesma. Argumenta esse autor que, enquanto na concepção dos anos 80, o discurso da CUT centrava-se, fundamentalmente, na oposição entre a ‘classe trabalhadora’ e o bloco constituído pelo ‘governo’ e ‘empresários’, hoje os documentos da CUT centram-se no que ele entende por “...*uma suposta oposição entre a ‘sociedade civil’ e o ‘governo’, e não mais entre os capitalistas – cujos interesses estão representados no governo – e os trabalhadores*”. (p. 93). Em outras palavras, os documentos da CUT vêm ocultando a existência de interesses de classe em confronto na sociedade, como se as dificuldades vividas pelos trabalhadores decorressem do acaso ou de uma política equivocada, levando o autor a afirmar, que para esta nova estratégia da CUT,

Os trabalhadores não têm mais inimigos, e a CUT pode, agora, aspirar e representar ‘a sociedade’. A visão neoliberal da sociedade e da relação desta com o Estado têm dominado, apesar de oscilações e contradições, no discurso da CUT. (p, 93).

No rastro do aborto do projeto socialista, a CUT em sintonia com os novos discursos da pós-modernidade, desloca o conflito das classes para a relação governo x sociedade civil. Nessa “luta de classes transformada”, o desafio político passa a ser o controle dos fundos públicos, daí uma das suas principais bandeiras, hoje, tratar-se da “definição de políticas públicas para toda a sociedade” como se essa fosse um todo homogêneo. Assim, na estratégia da CUT, a atuação propositiva se pauta, conforme indica o documento cutista,

... na elevação da qualidade de vida da população, a partir de **uma concepção de cidadania ativa e participativa** (...) [como] um elemento essencial para a constituição de uma identidade pública, de uma esfera pública democrática onde os indivíduos e suas organizações possam engajar-se na definição das políticas públicas para toda a sociedade. (2000c: II) (grifo nosso).

Vale ressaltar, que o conceito de cidadania, como bem nos aponta Welmowicki (2000, p. 77),

vem sendo utilizado pelos grupos dominantes, com o fim especial de mascarar a luta de classes e disseminar a falsa idéia de que todos são iguais perante a lei, obnubilando as profundas desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais que acometem a classe trabalhadora. No fundo, a falácia da cidadania, nas palavras desse autor, *“defende a visão no interior do movimento operário de que é possível uma melhoria para todos baseada na parceria, na ação conjunta de toda a sociedade”*.

A CUT, apesar das críticas e questionamentos quanto à sua concepção e estratégia de formação, segue firme no propósito de executar a política de formação profissional do Ministério do Trabalho, embora no seu discurso apareça o tom inovador de lutar por uma nova política educacional profissional, conforme nos aponta o documento em estudo:

A Central tem participado ativamente na construção de um debate público sobre as políticas de educação e formação profissional, apontando para a necessidade de uma nova política de educação profissional para o país, superando as concepções e políticas atuais, hegemônicas pelos empresários e pela lógica do adestramento. (2000a: IV).

O que questionamos não é simplesmente o fato da CUT intervir e/ou executar a formação profissional, uma vez que o movimento operário e sindical ao longo da sua secular história tem posto a mão sobre essa problemática questão. O fato é que esta Central vem executando acriticamente a política educacional do governo brasileiro, regida pela orquestra neoliberal, totalmente contrária aos interesses dos trabalhadores.

Mais à frente, no mesmo documento, afirma que:

Na ótica da CUT a qualificação profissional, conectada a processos de geração de emprego e renda e a escolarização básica pode preencher plenamente o papel de difundir os conceitos de sustentabilidade e solidariedade, ao mesmo tempo que contribui para ações concretas voltadas para a melhoria de vida da população. (Idem, ibidem: V).

Na propositura da CUT, poderíamos sintetizar a seguinte equação: qualificação profissional, somada à geração de emprego e renda, somada à escolarização básica, é igual à sustentabilidade e solidariedade, o que por sua vez, é igual à melhoria de vida para a população. A elaboração está correta, no entanto não podemos deixar de problematizar a possibilidade de

criação de emprego e renda na presente crise estrutural vivenciada pelo capital, quando Mészáros (2002) nos lembra que este perdeu sua capacidade civilizatória, não podendo mais fazer nenhuma concessão aos trabalhadores.

No discurso de que a qualificação profissional que vem praticando traduz-se, no “despertar” da ação política dos trabalhadores empregados ou desempregados e de sua inserção na luta sindical e cidadã, a CUT afirma estar desenvolvendo

uma qualificação profissional muito mais próxima dos requisitos da moderna produção, do que a qualificação profissional tradicionalmente desenvolvida pelo **Sistema S** e que com uma nova roupagem vem sendo sistematicamente defendida por amplo setores do Estado e da sociedade. **A Qualificação Profissional, como uma das dimensões do processo de educação dos(as) trabalhadores(as), desenvolvida pela CUT visa o desenvolvimento das operações de pensamento ou as chamadas habilidades cognitivas; ou seja, capacidade de raciocínio, de comunicação, de elaboração, de abstração, de planejamento, e, as chamadas competências sociais como a capacidade de tomada de decisões, trabalho em grupo, autonomia, respeito à opiniões divergentes e, sobretudo, a solidariedade.** Com isto, estamos criando as condições para que os trabalhadores se posicionem de outro modo frente a ‘crise do trabalho’ e sua inserção no mercado de trabalho. (2000b:16) (grifos nossos).

Diante do exposto, caberia indagarmos: em que difere, de fato, a formação profissional oferecida pela CUT daquela ofertada pelas agências do capital, se ambas apostam na empregabilidade e estão direcionadas para o mercado, apoiando-se inclusive na teoria das competências⁵ e habilidades, utilizadas fartamente pelo tecnicismo? Vale observar que a CUT, tendo anteriormente justificado sua inserção no rol da utilização de recursos públicos como o FAT, argumentando a necessidade de disputar hegemonia com o “Sistema S”, agora aceita estas mesmas agências, adestradoras por excelência do capital, como parceiras na implementação da sua política de formação.⁶

Na nossa compreensão, o papel precípua da CUT é investir na firme formação política e

⁵Conforme Noela Invernizzi (2001), desde o início da década de 90 o termo *competência* vem ganhando peso em lugar do termo *qualificação* para expressar o novo tipo de conhecimentos-habilidades-attitudes que deverá portar o trabalhador da era pós-fordista da acumulação flexível, o qual dar ênfase a três exigências postas pelo processo de produção, quais sejam: saber; saber fazer; e saber ser, com maior destaque para este último. Transferido do campo da sociologia do trabalho, dito de outro modo do discurso empresarial, a teoria das competências é a reedição do tecnicismo, que somada a empregabilidade reforça a individualização dos saberes. Na leitura de Jimenez, tal discurso “*alimenta a noção de que cada indivíduo pode e deve aprimorar determinadas competências que o singularizarão, marcando um diferencial competitivo, traduzindo o “marketing pessoal” que o distinguirá do conjunto dos demais candidatos às escassas vagas do mundo do emprego*”. (2003: 04).

⁶A esse respeito conferir o documento cutista intitulado *Estratégia do Plano Nacional de Qualificação Profissional para 2001/2002*. (2001, p. 13).

ideológica da sua base, no sentido de desmistificar as brumas do discurso dominante, desvelando as condições de exploração e colocando os trabalhadores numa posição de classe contra classe. No campo da educação escolar e/ou profissional, o desafio cutista, continua sendo lutar por escola pública e de qualidade para todos os trabalhadores, e não promover com suas próprias mãos essa formação, o que tem servido para arrefecer a luta ao invés de fortificá-la no sentido da elevação cultural. Vivemos numa sociedade profundamente marcada pela relação de classes, na qual a escola desde seu nascedouro carrega dentro de si a dualidade da formação para os dominantes e a formação para os dominados, enquanto o Estado assume claramente posturas de legitimação da ordem capitalista.

Ademais, a educação que interessa à classe trabalhadora não é a formação para o mercado e sim uma formação ampla, que desenvolva o homem nas suas múltiplas capacidades, tornando-o – nos dizeres de Gramsci – um verdadeiro contemporâneo do seu tempo. Vale salientar que tal educação só poderá efetivar-se numa sociedade para além do domínio do capital, o que não nos impede, concordando com Tonet (2003), de lutarmos dentro dos muros da velha sociedade da exploração, por atividades formativas emancipadoras, ancoradas ao horizonte maior da construção do socialismo e do comunismo.

Considerações finais

Percebemos que, os determinantes estruturais aflorados no bojo do processo de reordenação do capital, desencadearam a crise e o recuo do movimento sindical no mundo e no Brasil, acarretando uma profunda capitulação, por parte da ideologia dominante, da corrente majoritária da CUT. O que nos leva a explicitar a contradição de uma central sindical que nasceu nos anos 80 sob o signo da luta e da resistência da classe trabalhadora e sucumbe, uma década depois, submergindo como novo sujeito ligado ao governo e a entidades estrangeiras, financiadoras e gerenciadores do grande capital.

Contudo, por mais que as condições objetivas geradas pelo capital em crise tenham provocado profundas mudanças no seio das relações de trabalho, a CUT, a nosso ver, caso tivesse pautado sua ação numa estratégia radical de superação desse sistema perverso e alienador das consciências, teria resistido com firmeza ao já surrado “canto de sereia” do reformismo e do pacto social, que historicamente tem levado o movimento sindical aos labirintos do

estranhamento e da reprodução do poder do capital sobre si mesmo.

A depender da acrítica e inócua atuação cutista da atualidade, a preparação para a revolução socialista não será pautada na sua agenda política, já carcomida pelos ideais burgueses. A nosso ver a CUT capitulou diante da ordem capitalista e não há como combater por dentro da mesma, há sim que se romper urgentemente com sua estrutura burocrática e paralisante e reconstruir o movimento sindical pela base no sentido de arregimentar a luta em favor do socialismo e do comunismo. Caso contrário, em face da barbárie que vivemos, parafraseando Mészáros, estaremos fadados a nossa destruição e do próprio planeta.

Referências Bibliográficas

- BOITO JR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.
- _____. Hegemonia Neoliberal e Sindicalismo no Brasil. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 3, p. 80-105, 1996.
- CUT/BRASIL. **Política Nacional de Formação: história, princípios, concepção e organização nacional**, São Paulo, 1999.
- _____. **Contribuições ao debate sobre a estratégia da Política Nacional de Formação e ao Plano Nacional de Qualificação Profissional da CUT**. São Paulo, 2000a. (Digitado).
- _____. **Quem Luta Também Educa**, 2000b (informativo).
- _____. **Projeto Nacional de Qualificação Profissional CUT/Brasil – 2000**. São Paulo, 2000c. (Digitado).
- _____. **Estratégia do Plano Nacional de Qualificação Profissional para 2001/2002**. São Paulo, 2001. (Digitado).
- INVERNIZZI, Noela. **Teoria da competência: categorias analíticas e ideologia na compreensão dos novos processos de trabalho**. Revista do NETE, nº 9, jul/dez, pp. 115-131, BH, 2001.
- JIMENEZ, Susana Vasconcelos. **Consciência de classe ou cidadania planetária?** Notas críticas sobre os paradigmas dominantes no campo da formação do educador. Fortaleza, 2003. (Digitado).
- LENIN, V.I. Ulianov. **Sobre os Sindicatos**. Tradução de Armênio Guedes, Zuleika Alambert e Luiz Fernando Cardoso. São Paulo: Ed. Livramento, 1979.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 1ª Ed. São Paulo: Editora da UNICAMP e Boitempo Editorial, 2002.
- RIO, Cristiane Porfirio de Oliveira do. **A Política Nacional de Formação da CUT: análise crítica dos princípios e estratégias da Escola Nordeste**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará, 2003.
- TONET, Ivo. **A educação numa encruzilhada: uma crítica à ordem do capital**. In Trabalho, Educação e luta de Classes. Fortaleza: Editora UFC, pp. 201-219, 2003. (Coleção diálogos

intempestivos).

_____. **Ética e capitalismo**. Maceió, 2005. (Digitado).

TUMOLO, Paulo Sérgio. **Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista**. Campinas/SP: Editora UNICAMP, 2002.

WELMOWICKI, José. O discurso da cidadania e da independência de classe. **Marxismo Vivo**, São Paulo, nº 1, p. 66-77, 2000.

Notas